COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO: DOS QUILOMBOS MARANHENSES AO QUILOMBO URBANO EM SÃO LUÍS/MA

DANIELA CARDOSO BALATA
NELMARA FARAH
GEORGIA DE SOUZA SENNA

São Luís – Maranhão 2026

RESUMO

O presente relatório analisa a relação entre comunidades tradicionais e desenvolvimento a partir da realidade das comunidades quilombolas do Maranhão e da experiência do Quilombo Urbano nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus, em São Luís/MA. A pesquisa discute como os processos históricos de urbanização e as políticas públicas de desenvolvimento impactam os modos de vida das populações negras tradicionais, especialmente no que se refere à territorialidade, ancestralidade, identidade cultural e resistência social. O estudo utiliza como base autores como Alfredo Wagner Berno de Almeida, Fredrik Barth e Nancy Fraser, articulando discussões sobre territorialidade, identidade étnica, reconhecimento social e justiça distributiva. Conclui-se que o desenvolvimento das comunidades tradicionais depende não apenas da melhoria material das cidades, mas também do reconhecimento cultural e do respeito às formas coletivas de organização social dessas populações.

Palavras-chave: Quilombo Urbano; Comunidades Tradicionais; Desenvolvimento; Territorialidade; Identidade Quilombola.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a relação entre comunidades tradicionais e desenvolvimento a partir da realidade das comunidades quilombolas do Maranhão e da experiência do chamado “Quilombo Urbano” nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus, localizados em São Luís/MA. O estudo busca compreender como as populações negras tradicionais mantêm formas próprias de organização social, identidade cultural e resistência política diante dos processos históricos de exclusão, urbanização e intervenção estatal.

Historicamente, os quilombos foram associados às comunidades formadas por negros escravizados fugitivos durante o período colonial. Entretanto, essa definição tornou-se insuficiente diante das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. Atualmente, diversos autores compreendem o quilombo como espaço de pertencimento coletivo, ancestralidade, territorialidade e resistência cultural, inclusive dentro dos espaços urbanos.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema justifica-se pela relevância social, cultural e jurídica das comunidades quilombolas no Maranhão e pela necessidade de compreender como os projetos de desenvolvimento urbano impactam os modos de vida das populações negras tradicionais. A pesquisa torna-se importante por discutir a permanência das desigualdades sociais enfrentadas pelas comunidades quilombolas, bem como os processos de invisibilização cultural provocados pelas políticas públicas urbanísticas.

3. OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre comunidades tradicionais e desenvolvimento a partir da realidade dos quilombos maranhenses e do Quilombo Urbano nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus, em São Luís/MA.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender o conceito contemporâneo de comunidades quilombolas e quilombo urbano; analisar os impactos das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento sobre as comunidades tradicionais; investigar a relação entre territorialidade, identidade cultural e resistência social; discutir os impactos do PAC Rio Anil sobre os bairros Liberdade, Camboa e Fé em

Deus; identificar as formas de resistência cultural e política desenvolvidas pelas comunidades negras urbanas.

5. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados institucionais relacionados às comunidades quilombolas do Maranhão. Foram utilizadas obras acadêmicas, legislações, artigos científicos e materiais institucionais voltados às políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas. A pesquisa também contou com visitas técnicas institucionais junto à SEDIHPOP e à SEDES, com realização de entrevistas e coleta de informações sobre as ações desenvolvidas pelo poder público.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Alfredo Wagner Berno de Almeida afirma que os povos e comunidades tradicionais não podem ser definidos exclusivamente pela localização geográfica, mas pelas formas coletivas de organização social e uso do território. Para o autor, o território tradicional possui dimensão material e simbólica, funcionando como espaço de reprodução cultural, econômica e identitária da comunidade.

Fredrik Barth, ao desenvolver a teoria das fronteiras étnicas, afirma que a identidade étnica não depende apenas de características culturais fixas, mas das relações sociais construídas coletivamente pelos grupos. A identidade quilombola, portanto, é reafirmada continuamente através das práticas sociais, das manifestações culturais e das experiências compartilhadas de resistência e pertencimento.

Nancy Fraser contribui para o debate ao afirmar que a justiça social depende de duas dimensões inseparáveis: redistribuição e reconhecimento.

A redistribuição refere-se ao acesso material à renda, moradia, saneamento e políticas públicas. Já o reconhecimento está relacionado ao respeito às identidades culturais e ao combate às formas de discriminação social.

7. DESENVOLVIMENTO

As comunidades quilombolas do Maranhão possuem grande relevância histórica, social e cultural, sendo reconhecidas como importantes espaços de resistência negra e preservação da ancestralidade afro-brasileira. O estado concentra um dos maiores números de comunidades quilombolas do país.

Nesse contexto, surge o debate sobre o Quilombo Urbano em São Luís/MA, especialmente nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus. Essas comunidades possuem forte ligação histórica com populações oriundas de Alcântara e da Baixada Maranhense, mantendo práticas culturais, religiosas e comunitárias que reforçam a identidade negra no espaço urbano.

A pesquisa também analisa os impactos das intervenções urbanísticas promovidas pelo Estado, especialmente através do PAC Rio Anil. Embora o projeto tenha sido apresentado como instrumento de modernização urbana e melhoria da infraestrutura, muitas famílias sofreram deslocamentos compulsórios e perda de vínculos comunitários historicamente construídos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos quilombos maranhenses e do Quilombo Urbano presente nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus demonstra que as comunidades tradicionais negras enfrentam constantes conflitos entre seus modos de vida e os projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado.

Conclui-se que o verdadeiro desenvolvimento das comunidades tradicionais somente será legítimo quando articular crescimento urbano, justiça social, reconhecimento cultural e respeito às formas próprias de organização coletiva dessas populações.

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

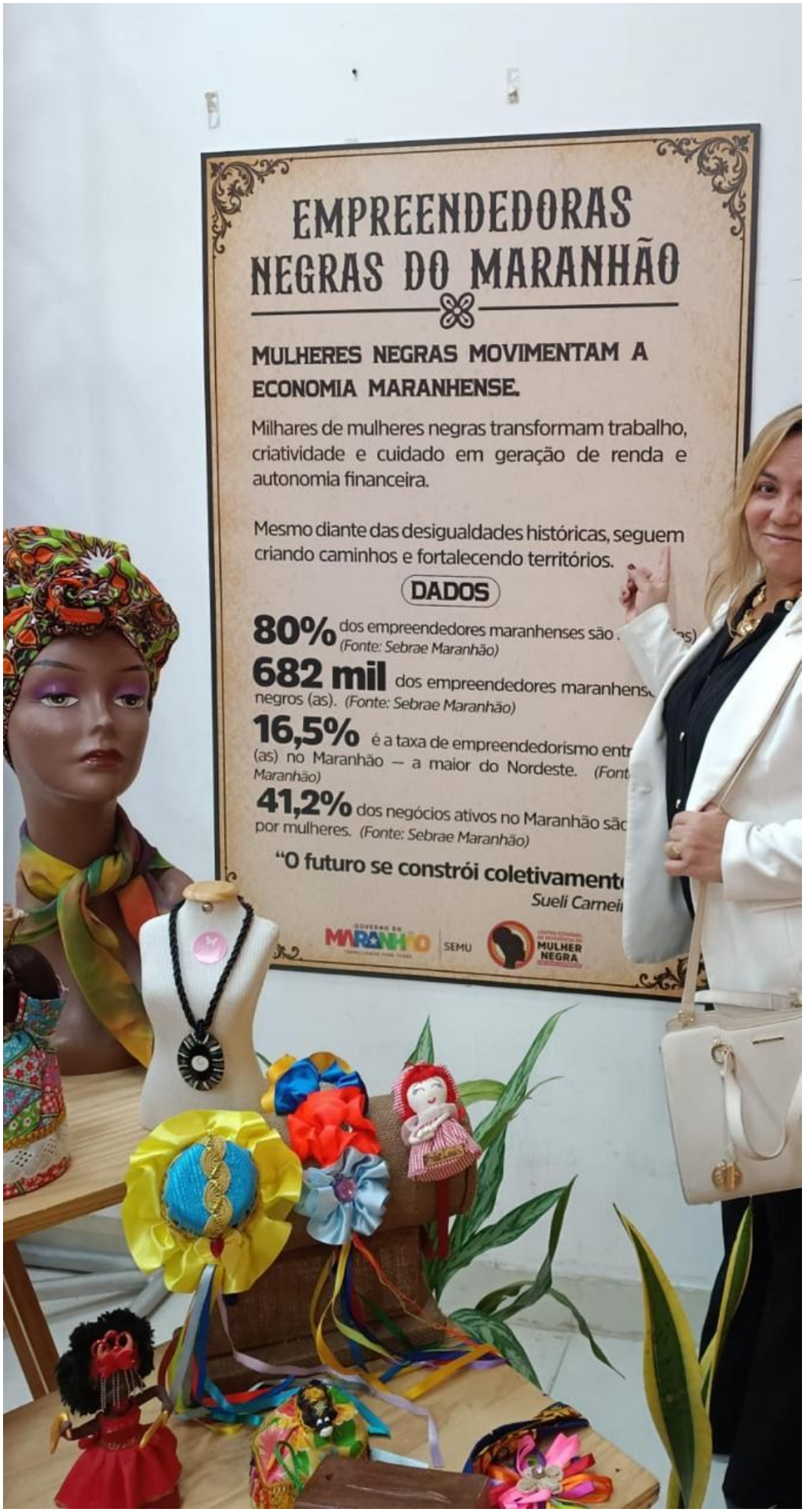
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada de justiça. Brasília: Editora UnB, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades quilombolas.

INFOAMAZÔNIA. Maranhão lidera presença quilombola na Amazônia, mas titulação continua travada.

MUSEU AFRO DIGITAL MARANHÃO. Quilombos do Maranhão.


EMPREENDEDORAS NEGRAS DO MARANHÃO
MULHERES NEGRAS MOVIMENTAM A ECONOMIA MARANHENSE.
Milhares de mulheres negras transformam trabalho, criatividade e cuidado em geração de renda e autonomia financeira.
Mesmo diante das desigualdades históricas, seguem criando caminhos e fortalecendo territórios.
DADOS
80% dos empreendedores maranhenses são
(Fonte: Sebrae Maranhão)
682 mil dos empreendedores maranhens
negros (as). (Fonte: Sebrae Maranhão)
16,5% é a taxa de empreendedorismo entr
(as) no Maranhão — a maior do Nordeste. (Font
Maranhão)
41,2% dos negócios ativos no Maranhão sã
por mulheres. (Fonte: Sebrae Maranhão)
"O futuro se constrói coletivament
Sueli Carnei
SEMU
MULHER NEGRA







IDEA

Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento:

Dos Quilombos Maranhenses ao quilombo urbano em São Luis/MA

Nelmara Farah Moreira 1 [1], Geórgia Marina Sena 2[2], Wemerson Moraes 3[3], Daniela Balata 4[4]







IDEA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO

APRESENTAÇÃO





Introdução

Problemática Central

Justificativa do Projeto

Objetivos

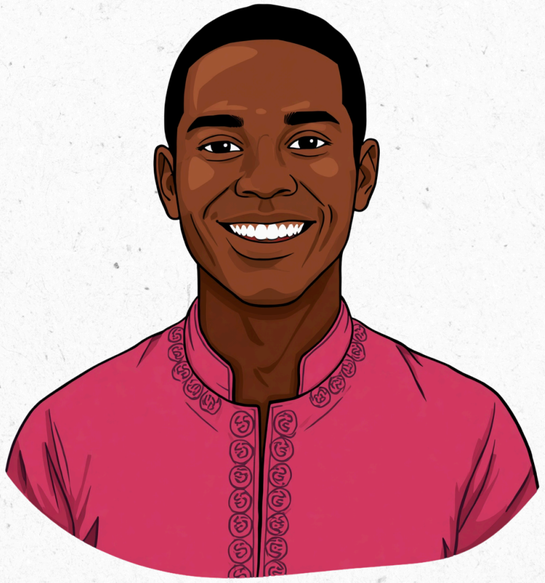
Metodologia

Referencial Teórico

Resultados

Considerações Finais

Referências Bibliográficas



2026



INTRODUÇÃO



- A pesquisa analisa a relação entre comunidades tradicionais e desenvolvimento.
- O foco está nas comunidades quilombolas do Maranhão e no “Quilombo Urbano” de São Luís/MA.
- O estudo aborda os bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus.
- Investiga como as populações negras mantêm identidade cultural e organização social próprias.
- Destaca formas de resistência política diante da exclusão social, urbanização e ações do Estado.
- Mostra que o conceito de quilombo foi ampliado ao longo do tempo.
- Atualmente, quilombo é entendido como espaço de pertencimento, ancestralidade e territorialidade.
- A resistência cultural quilombola também se manifesta em espaços urbanos.







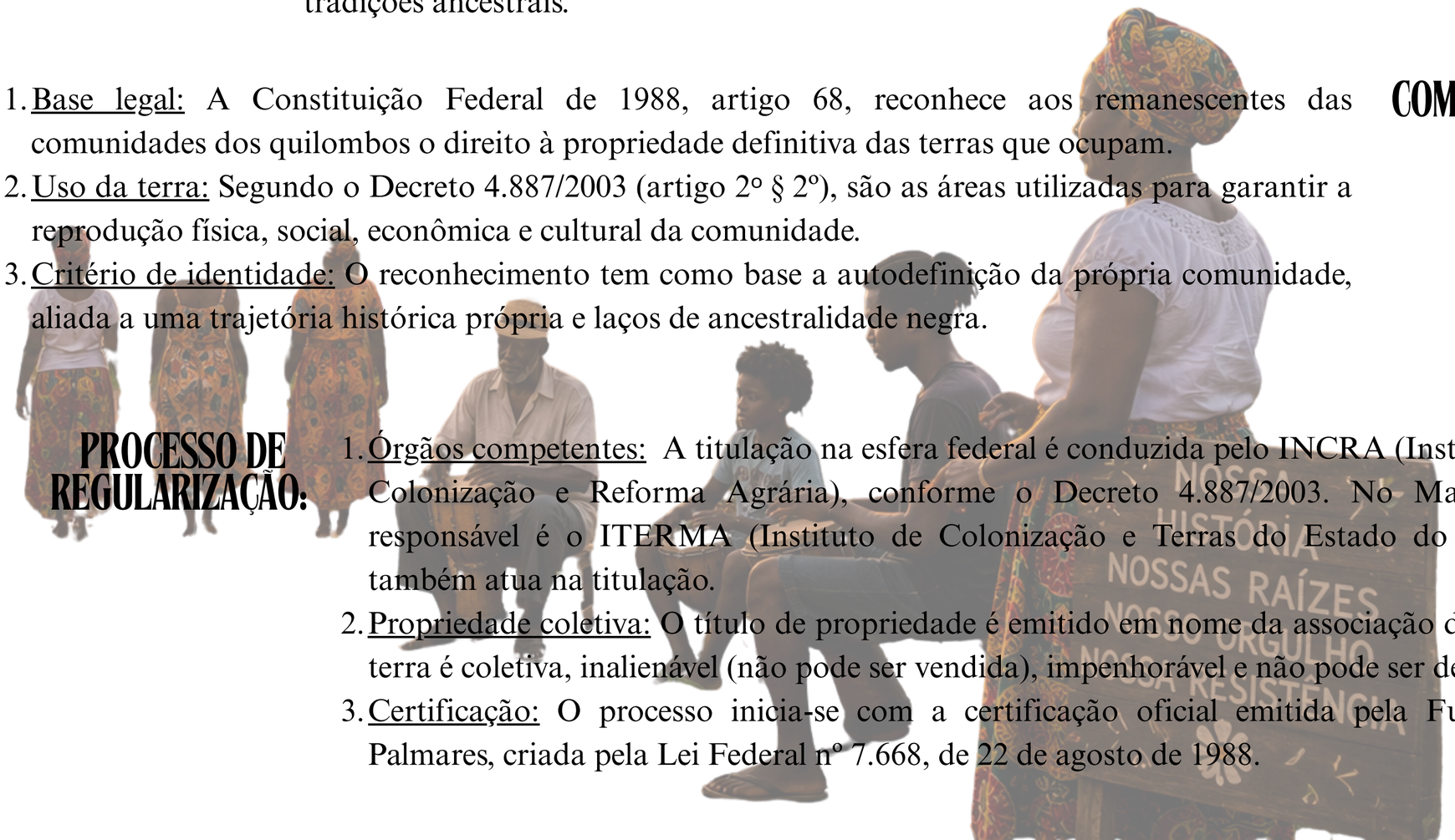
QUILOMBOS TRADICIONAIS

O QUE SÃO TERRAS DE QUILOMBOS?

São espaços ocupados por comunidades remanescentes de escravizados que resistiram à escravidão no Brasil, reconhecidos constitucionalmente pelo seu valor histórico, cultural e ancestral. Essas áreas garantem a reprodução física, social e cultural de grupos étnico-raciais que mantêm laços com a terra e tradições ancestrais.

COMO SÃO DEFINIDAS:

1. Base legal: A Constituição Federal de 1988, artigo 68, reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade definitiva das terras que ocupam.
2. Uso da terra: Segundo o Decreto 4.887/2003 (artigo 2º § 2º), são as áreas utilizadas para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural da comunidade.
3. Critério de identidade: O reconhecimento tem como base a autodefinição da própria comunidade, aliada a uma trajetória histórica própria e laços de ancestralidade negra.



PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO:

1. Órgãos competentes: A titulação na esfera federal é conduzida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), conforme o Decreto 4.887/2003. No Maranhão o órgão responsável é o ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão), que também atua na titulação.
2. Propriedade coletiva: O título de propriedade é emitido em nome da associação da comunidade. A terra é coletiva, inalienável (não pode ser vendida), impenhorável e não pode ser desapropriada.
3. Certificação: O processo inicia-se com a certificação oficial emitida pela Fundação Cultural Palmares, criada pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.

O QUE SÃO COMUNIDADES QUILOMBOLAS?

São Grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS QUILOMBOLAS

1. TERRA E TERRITÓRIO

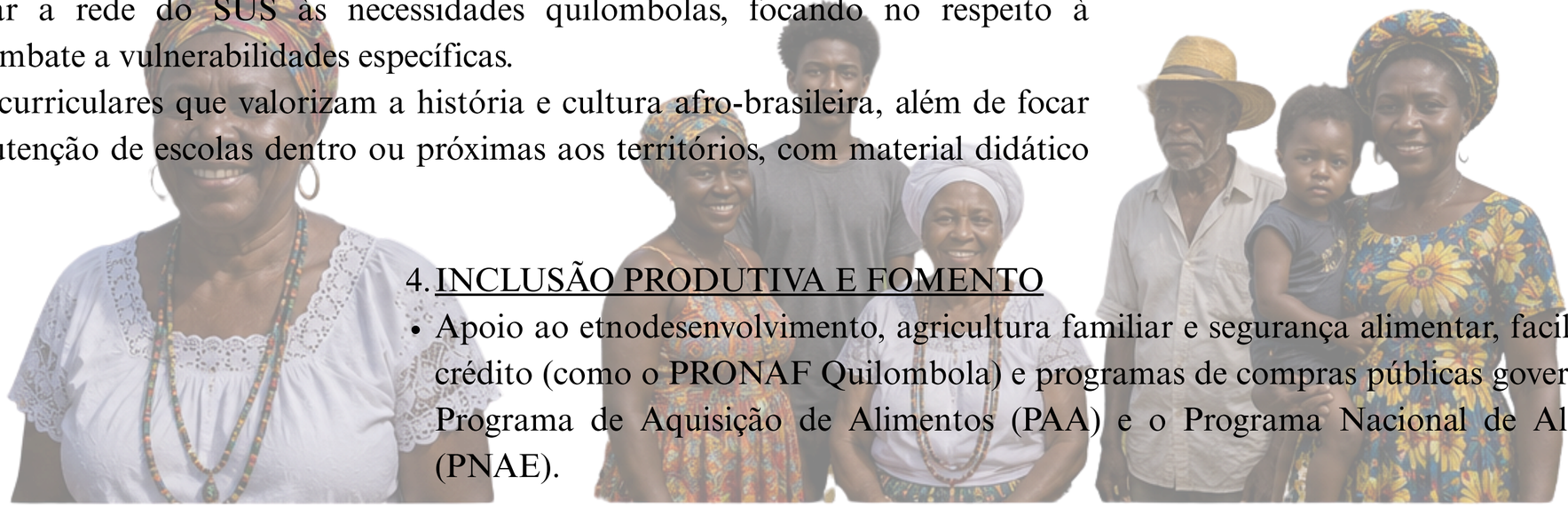
Garantia do direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas, conforme a Constituição Federal de 1988 (artigo 68) e o Decreto nº 4.887/2003.

2. INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

No Programa Aquilomba Brasil (2023), são focadas ações de moradia (Minha Casa, Minha Vida), saneamento básico, eletrificação, acesso à água (como o Programa Cisternas) e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção e acesso aos serviços.

3. SAÚDE E EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

- Saúde: Busca adaptar a rede do SUS às necessidades quilombolas, focando no respeito à ancestralidade e no combate a vulnerabilidades específicas.
- Educação: Diretrizes curriculares que valorizam a história e cultura afro-brasileira, além de focar na construção e manutenção de escolas dentro ou próximas aos territórios, com material didático específico.



4. INCLUSÃO PRODUTIVA E FOMENTO

- Apoio ao etnodesenvolvimento, agricultura familiar e segurança alimentar, facilitando o acesso ao crédito (como o PRONAF Quilombola) e programas de compras públicas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O QUE SÃO COMUNIDADES QUILOMBOLAS?

São Grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS QUILOMBOLAS

1. TERRA E TERRITÓRIO

Garantia do direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas, conforme a Constituição Federal de 1988 (artigo 68) e o Decreto nº 4.887/2003.

2. INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

No Programa Aquilomba Brasil (2023), são focadas ações de moradia (Minha Casa, Minha Vida), saneamento básico, eletrificação, acesso à água (como o Programa Cisternas) e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção e acesso aos serviços.

3. SAÚDE E EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

- Saúde: Busca adaptar a rede do SUS às necessidades quilombolas, focando no respeito à ancestralidade e no combate a vulnerabilidades específicas.
- Educação: Diretrizes curriculares que valorizam a história e cultura afro-brasileira, além de focar na construção e manutenção de escolas dentro ou próximas aos territórios, com material didático específico.

4. INCLUSÃO PRODUTIVA E FOMENTO

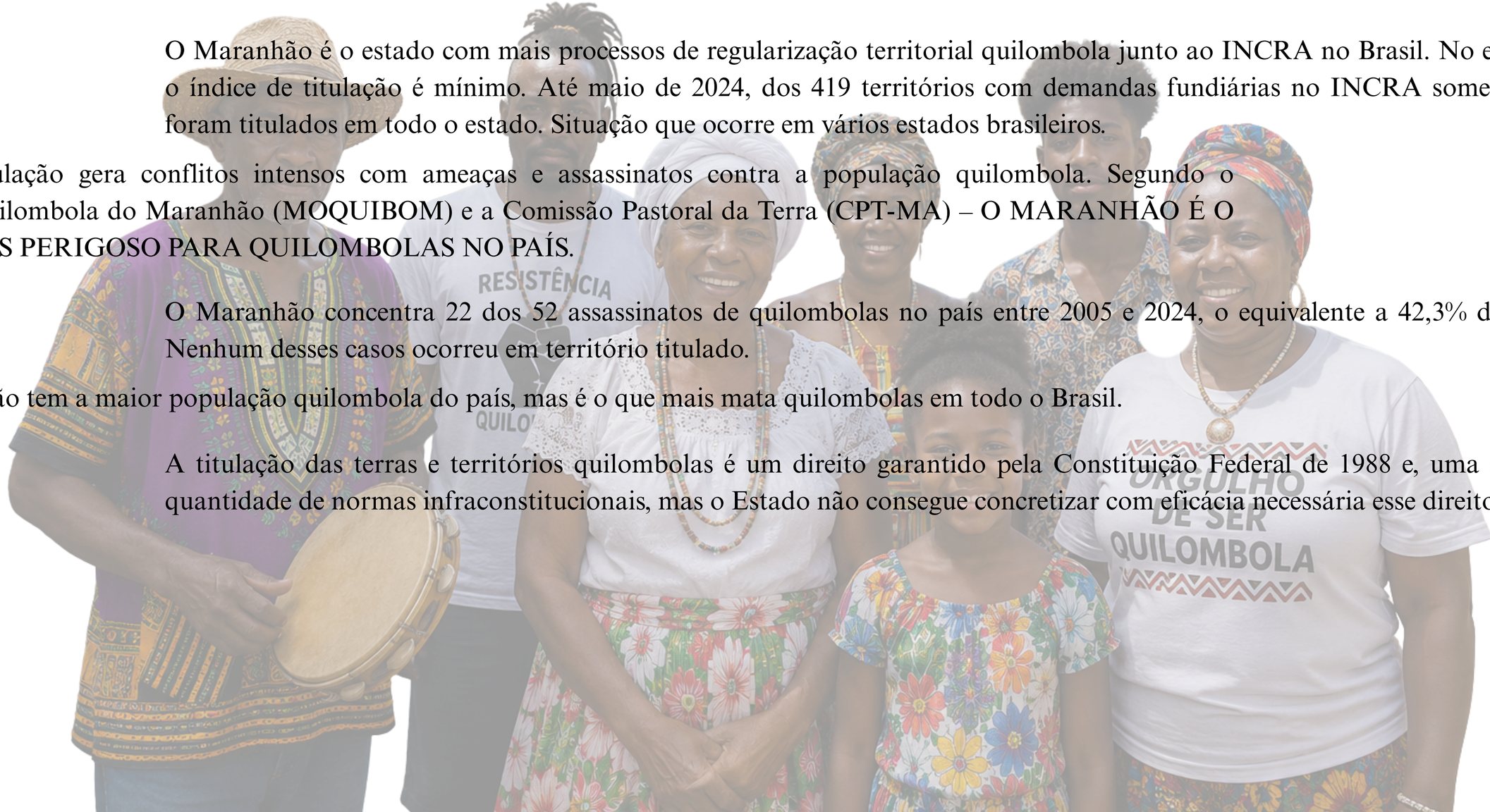
- Apoio ao etnodesenvolvimento, agricultura familiar e segurança alimentar, facilitando o acesso ao crédito (como o PRONAF Quilombola) e programas de compras públicas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO

TERRA E TERRITÓRIO

O Maranhão é o estado com mais processos de regularização territorial quilombola junto ao INCRA no Brasil. No entanto, o índice de titulação é mínimo. Até maio de 2024, dos 419 territórios com demandas fundiárias no INCRA somente seis foram titulados em todo o estado. Situação que ocorre em vários estados brasileiros.

A falta de titulação gera conflitos intensos com ameaças e assassinatos contra a população quilombola. Segundo o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA) – O MARANHÃO É O ESTADO MAIS PERIGOSO PARA QUILOMBOLAS NO PAÍS.



O Maranhão concentra 22 dos 52 assassinatos de quilombolas no país entre 2005 e 2024, o equivalente a 42,3% do total. Nenhum desses casos ocorreu em território titulado.

O Maranhão não tem a maior população quilombola do país, mas é o que mais mata quilombolas em todo o Brasil.

A titulação das terras e territórios quilombolas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e, uma enorme quantidade de normas infraconstitucionais, mas o Estado não consegue concretizar com eficácia necessária esse direito.

Quilombos Urbanos



O que são:

são comunidades negras localizadas em áreas urbanas que mantêm vínculos históricos, culturais, territoriais e de ancestralidade afro-brasileira) e antes dos itens, Quilombo Urbano da Liberdade.

1. Formação Histórica:

Território consolidado entre as décadas de 1920 e 1970, impulsionado pelo fluxo migratório de ex-escravizados e seus descendentes vindos da Baixada Maranhense e de Alcântara.

2. Perfil Demográfico:

A região abriga uma das maiores densidades populacionais negras autodeclaradas da capital, com mais de 85% dos residentes identificados como pretos ou pardos.

3. Impacto Social

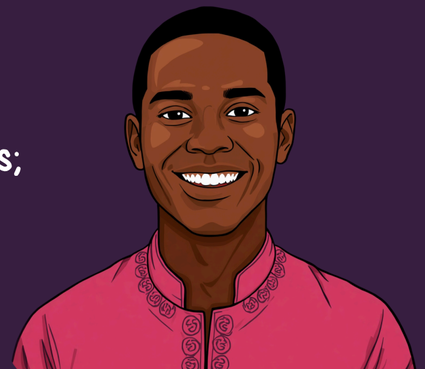
Sob a justificativa de modernização, a engenharia estatal promoveu o deslocamento compulsório e a remoção de mais de 5.500 famílias ao longo de toda a bacia, fragmentando os modos de vida e os laços de vizinhança locais.

4. Intervenção Estatal

perímetro foi alvo das obras do PAC Rio Anil, projeto urbanístico com investimentos que superaram os R$ 400 milhões para saneamento e abertura de vias (como a Avenida IV Centenário).

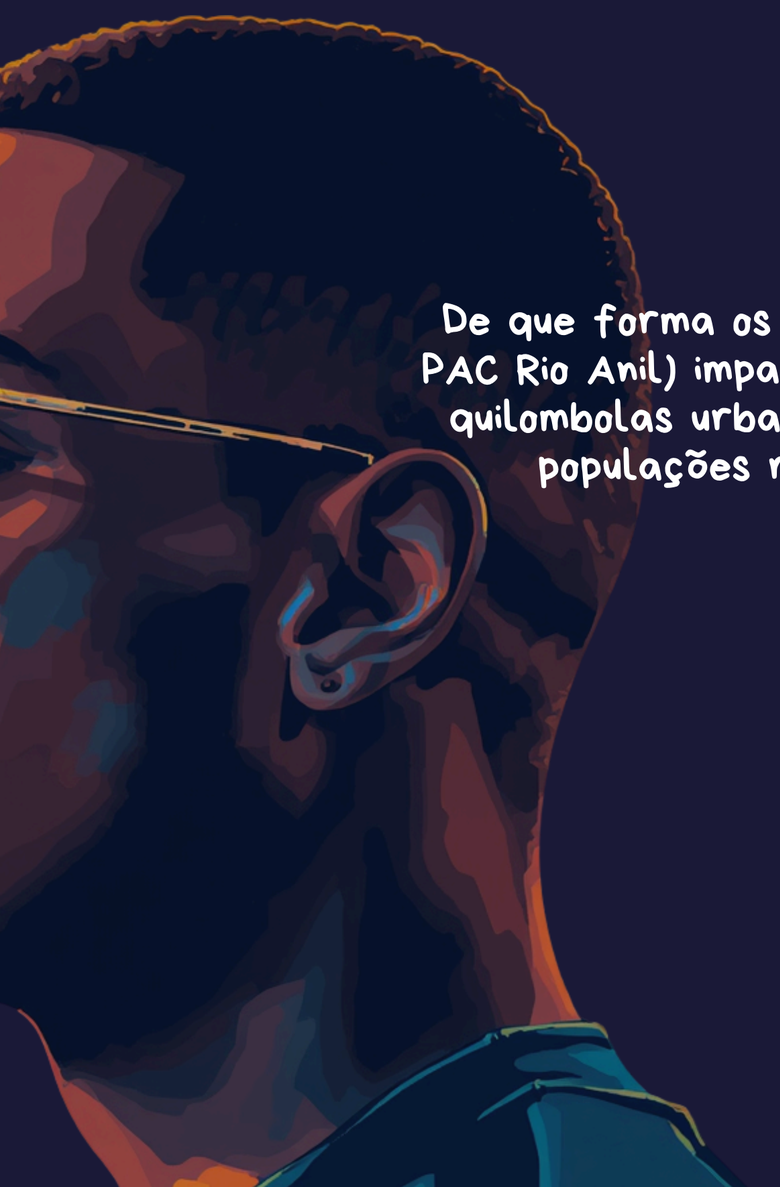
5. Apoio Teórico:

A análise fundamenta-se nas teorias das fronteiras étnicas; invisibilização pelo Estado e justiça por redistribuição e reconhecimento.





Problemática



De que forma os projetos de desenvolvimento e intervenção urbana do Estado (como o PAC Rio Anil) impactam a territorialidade, a identidade e a subsistência das comunidades quilombolas urbanas (Liberdade, Camboa e Fé em Deus) em São Luís/MA, e como estas populações resistem aos processos decorrentes de exclusão e invisibilização?

1. Preservação Cultural;
2. Direitos Culturais;
3. Conflitos Territoriais;
4. Desenvolvimento Sustentável.



JUSTIFICATIVA

Ruptura Conceitual:

- O estudo discute a permanência das desigualdades sociais enfrentadas pelas comunidades quilombolas, analisando os processos de invisibilização cultural gerados pelas políticas públicas de urbanização e destacando a necessidade de valorização e reconhecimento das identidades e territorialidades quilombolas.



Enfrentamento do Racismo Institucional:

- Denúncia da invisibilização étnica pelo planejamento urbano de São Luís, que reduz comunidades negras ao rótulo genérico de "subabitação"







JUSTIFICATIVA

ARTICULAÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

Preservação e Direitos Culturais:

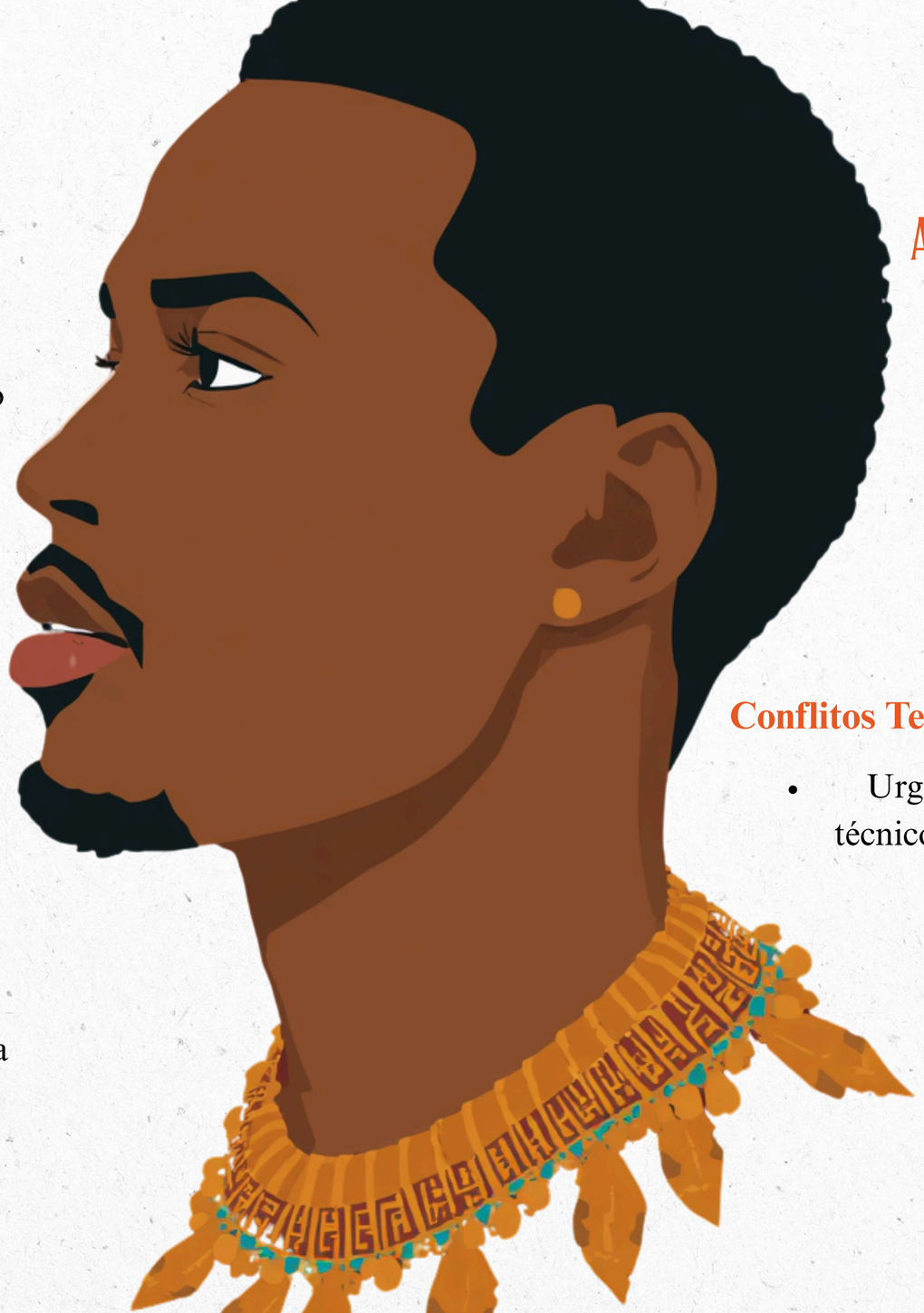
- Crítica à falta de reconhecimento legal que faz o Estado tratar modos de vida ancestrais como "entraves ao progresso", violando direitos constitucionais.



Desenvolvimento Sustentável:

- Defesa de modelos urbanos alternativos que garantam infraestrutura sem cobrar o preço do etnocídio residencial, respeitando a permanência e autonomia negra.

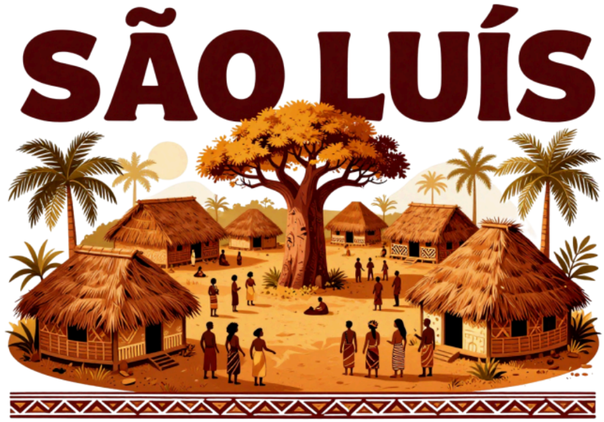




Conflitos Territoriais e Desenvolvimento Sustentável:

- Urgência em municiar moradores com dados técnicos para resistir à especulação imobiliária na bacia do Rio Anil.

OBJETIVOS



GERAL:

- Analisar a relação entre comunidades tradicionais e desenvolvimento a partir da realidade dos quilombos maranhenses e do Quilombo Urbano nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus, em São Luís/MA.



ESPECIFÍCOS:

1. Compreender o conceito contemporâneo de comunidades quilombolas e de quilombo urbano.

2. Analisar os impactos gerados pelas políticas públicas e pelos projetos de desenvolvimento sobre as comunidades tradicionais.

3. Investigar a relação estabelecida entre territorialidade, identidade cultural e resistência social.

4. Discutir os impactos socioambientais do PAC Rio Anil sobre os bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus.

5. Identificar as diversas formas de resistência cultural e política articuladas pelas comunidades negras urbanas.

PROJETO QUILOMBO URBANO E DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com caráter causal-explicativo (busca identificar os fatores que determinam ou garantem a ocorrência dos fenômenos) e suporte etnográfico (imersão na realidade vivida) nos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus, sendo estruturada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Utilização de obras acadêmicas e artigos científicos sobre a temática.

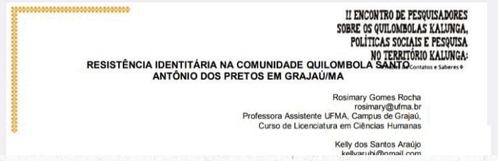
2. ANÁLISE DOCUMENTAL:

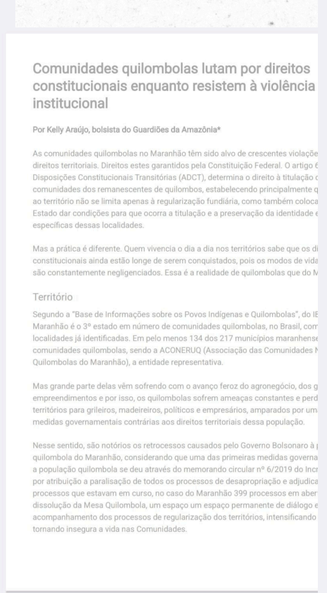
Consulta a legislações e materiais institucionais focados em políticas públicas para comunidades quilombolas.

3. LEVANTAMENTO DE DADOS:

Coleta de informações institucionais referentes aos quilombos do Maranhão.






Comunidades quilombolas lutam por direitos constitucionais enquanto resistem à violência institucional

Por Kelly Araújo, bolsista do Guardiões da Amazônia*

As comunidades quilombolas no Maranhão têm sido alvo de crescentes violações
direitos territoriais. Direitos estes garantidos pela Constituição Federal. O artigo
Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), determina o direito à titulação
comunidades dos remanescentes de quilombos, estabelecendo principalmente q
ao território não se limita apenas à regularização fundiária, como também coloca
Estado dar condições para que ocorra a titulação e a preservação da identidade
específicas dessas localidades.

Mas a prática é diferente. Quem vivencia o dia a dia nos territórios sabe que os di
constitucionais ainda estão longe de serem conquistados, pois os modos de vida
são constantemente negligenciados. Essa é a realidade de quilombolas que do M

Território

Segundo a "Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas", do IE
Maranhão é o 3º estado em número de comunidades quilombolas, no Brasil, com
localidades já identificadas. Em pelo menos 134 dos 217 municípios maranhens
comunidades quilombolas, sendo a ACONERUQ (Associação das Comunidades N
Quilombolas do Maranhão), a entidade representativa.

Mas grande parte delas vêm sofrendo com o avanço feroz do agronegócio, dos g
empreendimentos e por isso, os quilombolas sofrem ameaças constantes e perd
territórios para grileiros, madeireiros, políticos e empresários, amparados por um
medidas governamentais contrárias aos direitos territoriais dessa população.

Nesse sentido, são notórios os retrocessos causados pelo Governo Bolsonaro à
quilombola do Maranhão, considerando que uma das primeiras medidas governa
a população quilombola se deu através do memorando circular nº 6/2019 do Incr
por atribuição a paralisação de todos os processos de desapropriação e adjudica
processos que estavam em curso, no caso do Maranhão 399 processos em aber
dissolução da Mesa Quilombola, um espaço um espaço permanente de diálogo e
acompanhamento dos processos de regularização dos territórios, intensificando
tornando insegura a vida nas Comunidades.


afirmado pelo então ministro Marcos Pontes no Seminário – de que não haveria remoção de quilombolas – não houve qualquer consulta prévia em relação às tomadas de decisões sobre o remanejamento de 792 famílias na primeira fase da expansão do CLA, que pode ocorrer a qualquer momento.

Também temos o Quilombo Brejo, situado no território de São José dos Pretos em Guimarães, que desde agosto de 2020 sofre ameaças de despejo, mesmo tendo 350 anos de existência e tendo processo de titulação em aberto, houve uma decisão judicial favorável ao suposto dono, baseada em postagens em redes sociais como "prova", como registrou o site Racismo Ambiental.

Resistência

Quilombolas de Jacarezinho protestam contra inércia na investigação da morte de Edvaldo Pereira (Diogo Cabral/Instagram)

As constantes situações de ataque aos direitos territoriais intensificam a confirmação de que as Comunidades Quilombolas apesar dos direitos constitucionalmente garantidos e cumprirem as etapas necessárias para a titulação, estão à mercê da morosidade institucional e de decisões de cunho jurídico e político que colocam em risco seus territórios de pertencimento.

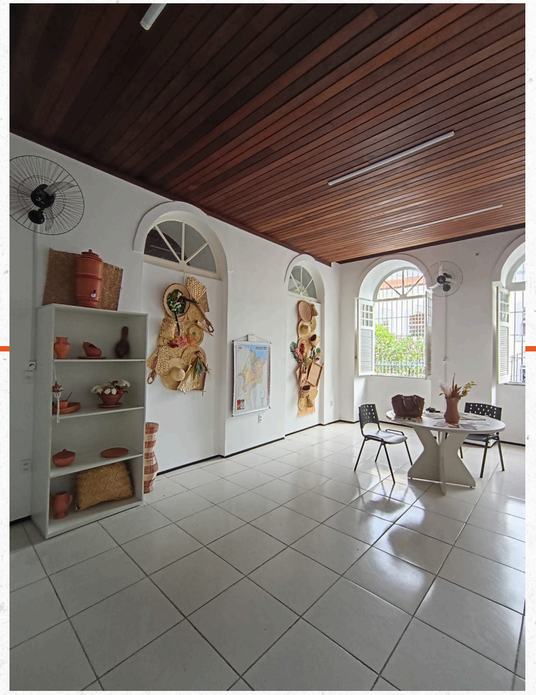
METODOLOGIA

4.VISITA TÉCNICA INSTITUCIONAL AO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA QUILOMBOLA, SEDIHPOP, SEDES E PESQUISA DE CAMPO :

O cruzamento de dados provou o apagamento burocrático estatal, revelando que 74 % das famílias removidas tinham ancestralidade quilombola cadastrada, mas foram classificadas pelo PAC como "ocupação irregular de baixa renda", resultando em 0 % de aplicação da Convenção 169 da OIT (consulta prévia) para acelerar desapropriações sem pagar as indenizações territoriais devidas.











REFERÊNCIAL TEÓRICO



FREDRIK BARTH (FRONTEIRAS ÉTNICAS)

- Utilizado para explicar como as práticas tradicionais operam como mecanismos causais de diferenciação. A identidade não é isolamento, mas uma fronteira social construída no contraste adaptativo com a modernização urbana.

NANCY FRASER (JUSTIÇA BIFOCAL):

- Serve de lente analítica para explicar o nexo de causalidade entre as falhas de reconhecimento e os problemas de redistribuição. Demonstra que soluções puramente econômicas (habitação de massa) geram novos arranjos de exclusão se ignorarem a autonomia e os modos de vida tradicionais

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA (INVISIBILIZAÇÃO E TERRITÓRIO):

- Povos e comunidades tradicionais são definidos por suas formas coletivas de organização social e uso comum da terra, e não meramente por sua localização geográfica. O território tradicional possui duas dimensões integradas: material e simbólica, atuando como o espaço essencial para a reprodução econômica, cultural e identitária do grupo.



RESULTADOS

PARA FUNDAMENTAR EMPIRICAMENTE A PESQUISA, SÃO CONSIDERADOS OS SEGUINTES DADOS ESTATÍSTICOS E DEMOGRÁFICOS OFICIAIS:

POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO MARANHÃO (CENSO IBGE):

- Maranhão possui a segunda maior população quilombola do Brasil.
- Cerca de 269 mil pessoas se autodeclaram quilombolas no estado.
- O estado reúne aproximadamente 20,5% da população quilombola do país.
- Maranhão tem o maior número de municípios com presença de comunidades quilombolas declaradas.

A REALIDADE DO QUILOMBO URBANO DA LIBERDADE (SÃO LUÍS):

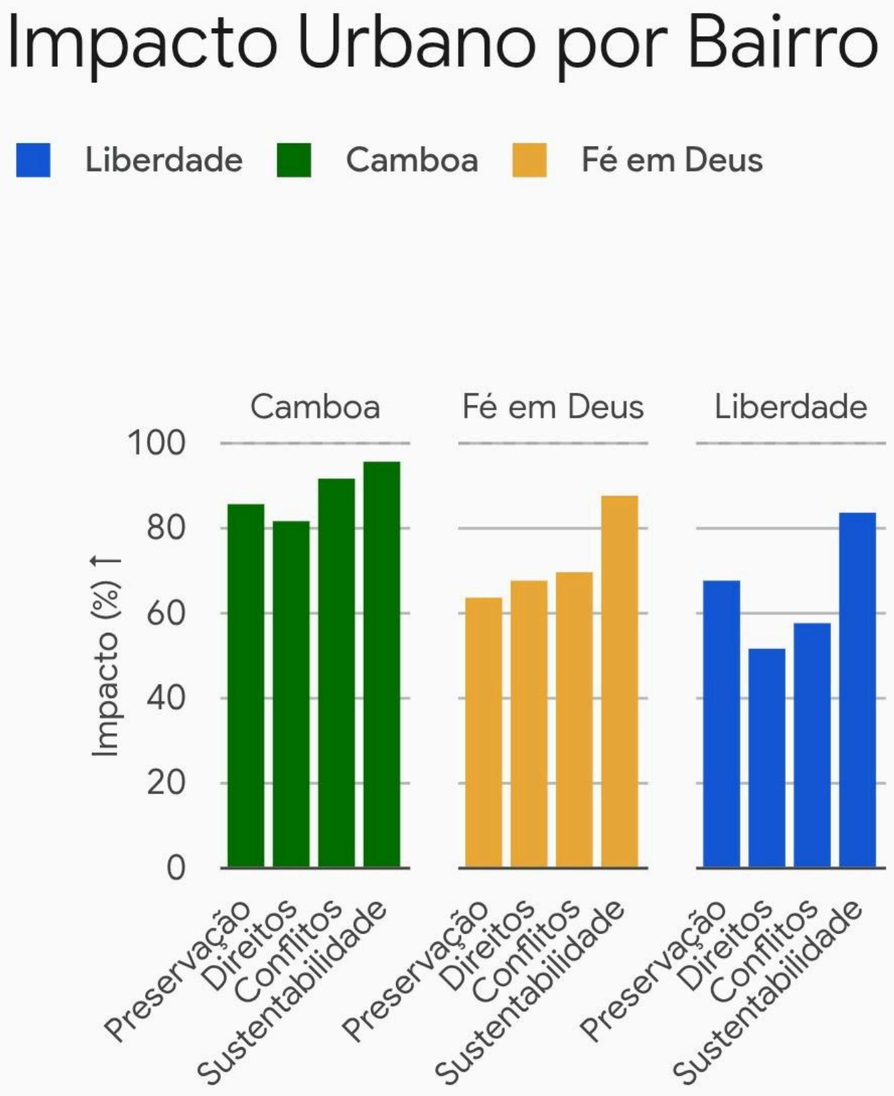
- O bairro da Liberdade é considerado o maior quilombo urbano da América Latina.
- Mais de 80% dos moradores se autodeclaram pretos ou pardos.
- O bairro preserva importantes manifestações culturais afro-maranhenses.
- Destacam-se o Bumba Meu Boi, o Tambor de Crioula e o Reggae.

O DESAFIO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

- O Maranhão possui mais de 800 comunidades quilombolas certificadas.
- Menos de 10% têm titulação definitiva da terra.
- A demora na demarcação aumenta os conflitos agrários.
- As comunidades ficam mais vulneráveis à especulação imobiliária e grandes obras de infraestrutura.

RESULTADOS

OS DADOS COLETADOS EM CAMPO CONECTAM AS INTERVENÇÕES URBANAS (CAUSAS) ÀS TRANSFORMAÇÕES NAS COMUNIDADES (EFEITOS). ABAIXO, O GRÁFICO APRESENTA O PERCENTUAL DE MORADORES AFETADOS EM CADA BAIRRO PARA AS QUATRO GRANDES DIMENSÕES DE ANÁLISE.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conflito Estrutural: Existe uma tensão permanente entre os modos de vida tradicionais das populações negras e as lógicas de desenvolvimento urbano aplicadas pelo Estado.

- O PAC Rio Anil impôs uma modernização tecnocrática na Liberdade, Camboa e Fé em Deus, substituindo o território horizontal por prédios verticais e abrindo a Avenida IV Centenário. Essa transição reduziu a habitação a uma lógica de mercado, inviabilizando quintais sagrados, saberes ancestrais e modos de vida tradicionais.
- A pesquisa no Centro Estadual de Referência Quilombola revelou racismo institucional: a maioria das famílias removidas tinha ancestralidade mapeada, mas o projeto as classificou como ocupantes irregulares de baixa renda. Com zero aplicação da Convenção 169 da OIT (consulta prévia), o Estado utilizou esse apagamento burocrático para acelerar desapropriações sem pagar as indenizações territoriais devidas.
- Apesar da gentrificação e da pressão imobiliária, o quilombo urbano resiste no asfalto. As redes do Tambor de Mina, do Bumba meu Boi e do Tambor de Crioula funcionam como trincheiras de demarcação étnica contra a dispersão demográfica.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada de justiça. Brasília: Editora UnB, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades quilombolas.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Quilombolas - Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INFOAMAZÔNIA. Maranhão lidera presença quilombola na Amazônia, mas titulação continua travada.

MUSEU AFRO DIGITAL MARANHÃO. Quilombos do Maranhão.

VIDEO INFORMATIVO 01



VIDEO INFORMATIVO 02




Obrigado!